

EVANGÉLICOS EM OPOSIÇÃO À CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA:Uma análise das falas contrárias à homossexualidade¹Paula Bortolin²

A conjuntura mundial, social e política, a partir de meados do século XX, contribuiu para a crescente destradicionalização de valores e práticas sociais acerca das categorias gênero, sexo e sexualidade. Nesse período observamos a mobilização de mulheres, homossexuais, lésbicas, travestis e transgêneros, em coletivos, movimentos e associações para reivindicarem de maneira potente e ordenada o reconhecimento jurídico de suas pautas. Esses movimentos questionaram a opressão e a subordinação de mulheres, a biologização do sexo, o binarismo de gênero, o modelo tradicional de família e a submissão da sexualidade à heterossexualidade (IRINEU, 2014).

É sob esse contexto que as nações integrantes dos sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos passaram cada vez mais a incluir em suas diretrizes, ações destinadas à promoção dos direitos da mulher e das pessoas LGBT³. No Brasil, ainda que gradativamente, observamos nas últimas décadas algumas mudanças socioculturais, legais e políticas que convergem para um reposicionamento da mulher e dos sujeitos LGBT nas relações sociais, assim como uma ressignificação do ato sexual (GONZÁLEZ, 2010). A partir desse cenário, lideranças evangélicas justificam, em parte, a ocupação de cargos políticos e se articulam, a despeito das diferenças no meio evangélico, para que haja um controle do ambiente social frente às ameaças que a conjuntura do período trouxe à moralidade tradicional (MACHADO, 2015).

Diversos autores (FREESTON 1994, SOUZA 2009, MONTERO 2012, MACHADO, 2015) já apontaram a formação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em 1986, enquanto o estopim para a entrada dos evangélicos na política

¹ Este artigo foi extensivamente baseado na dissertação de mestrado da autora intitulada “A controvérsia em torno do projeto de lei 122/2006: Uma análise da oposição de parlamentares evangélicos à criminalização da homofobia” (BORTOLIN, 2018). É importante destacar que o trabalho citado foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) Código de Financiamento 001.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas.

³ Está sigla se refere a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero. Toda vez que a mesma for citada, fará referência a este grupo de indivíduos.

institucional brasileira. Lideranças desse segmento apostaram que a participação na vida política, a princípio nas deliberações da ANC e posteriormente nos pleitos eleitorais, seria uma oportunidade de disputar espaço junto com a Igreja Católica na religião civil (FREESTON, 1994). Corroborando com esse apontamento, Maria das Dores Campos Machado (2015) aponta que na perspectiva hegemônica entre os evangélicos, a inserção na política é justificada devido à necessidade de representatividade desse grupo que por décadas teria sido preterido pelo Estado, ausente dos espaços de poder e conseqüentemente sem os seus interesses atendidos no Congresso Nacional e Câmaras Legislativas Municipais.

Desde então, observamos um crescimento progressivo na eleição de líderes evangélicos no Congresso Nacional, impulsionado por meio de estratégias variadas, tema de uma extensa produção bibliográfica (NOVAIS 2001, ORO 2003, BOHN 2004, SOUZA 2009, DUARTE 2011, VITAL DA CUNHA & LOPES 2013, MACHADO 2015). A política, classificada anteriormente como um espaço profano e, portanto, dominado por forças malignas, passou a ser encarada não somente como um local de reivindicação das demandas deste segmento, mas também como um terreno de disputas de valores morais (COWAN, 2014). Em meio a esse contexto, observamos nos últimos anos um crescimento do engajamento de lideranças religiosas evangélicas em disputas públicas acerca de temas que envolvem sexualidade, gênero e reprodução⁴. De acordo com Ronaldo de Almeida (2019) esses atores disputam efetivamente a moralidade pública, reivindicando que seus valores morais sejam inscritos na ordem legal do país.

À vista disso, esse trabalho propõe uma análise de algumas falas e argumentos de autoridades evangélicas engajadas na controvérsia em torno do Projeto de Lei (PL) 122/2006⁵, proposto em 2001, com o objetivo de criminalizar o

⁴ Sandra Duarte de Souza (2013) enfatiza que parlamentares evangélicos não formam um grupo coeso, como parte de um movimento uniforme com atuação política uniforme. Porém, no que tange aos temas mais diretamente ligados à sexualidade e aos direitos reprodutivos, verifica-se uma maior propensão ao conservadorismo moral (SOUZA, 2013).

⁵ Originado pelo PL 5003/2001, proposto pela então deputada Iara Bernardes (PT-SP) no ano de 2001, o PL da homofobia, como ficou popularmente conhecido, passou por diversas reformulações na Câmara dos Deputados, sendo aprovado em 2006 na Casa sob a identificação de PL 122/2006. No Senado encontrou grande resistência principalmente através de articulações dos Senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Magno Malta (PR-ES), sendo arquivado em 2011. Ainda nesse mesmo ano, a Senadora Marta Suplicy desarquivou o PL reacendendo a discussão sobre a criminalização da homofobia. No entanto, o grande dissenso em relação ao conteúdo deste PL impossibilitou a sua votação em plenário, uma vez que parlamentares vinculados a denominações evangélicas e parlamentares defensores dos direitos LGBT jamais chegaram a um consenso

preconceito e a discriminação por orientação sexual. Após a sua aprovação na Câmara dos Deputados em 2006, o PL em questão sofreu forte oposição de parlamentares filiados à Frente Parlamentar Evangélica⁶, que se articularam no Senado para coibir a sua votação nessa casa. Uma série de argumentos e justificativas foi produzida nas mídias por esses atores, a fim de legitimar as posições contrárias à criminalização da homofobia. Nossa análise, portanto, não possui como eixo norteador a compreensão das justificativas elaboradas na esfera política, especificadamente no âmbito do Congresso Nacional, onde a controvérsia se originou. O intuito desse artigo é observar as estratégias discursivas de atores pertencentes ou ligados à Frente Parlamentar Evangélica, produzidas na mídia, de modo a angariar adesão social e força popular aos seus respectivos posicionamentos. Privilegiamos como material de análise as falas que abordaram o tema da homossexualidade, com o intuito de observar como esses atores, ao se posicionarem acerca do PL 122/2006, mobilizaram estratégias discursivas para desqualificar a homossexualidade. Com o propósito de ampliar essa investigação, pontuaremos as diferenças observadas na construção das falas destinadas aos jornais da grande mídia e aos sites de notícias evangélicos.

Para tal empreendimento, mapeamos entrevistas com autoridades evangélicas e matérias que abordaram o tema reproduzindo as falas diretas dos mesmos, publicadas por jornais de circulação nacional como a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Referente à mídia evangélica, nos apoiamos em um acervo de 28 entrevistas que destacaram a controvérsia em questão e que obtiveram maior número de acessos no site de buscas *Google.com*. O recorte temporal desse material foi centrado no período em que o PL122/2006 tramitou pelo Senado Federal, especificadamente a partir de 2011, quando o mesmo foi desarquivado pela então Senadora Marta Suplicy, após o efervescente debate em torno da aprovação da união estável homoafetiva pela Suprema Corte, até seu novo arquivamento em janeiro de 2015.

acerca das ações que deveriam ser criminalizadas enquanto homofobia. Após tramitar por oitos anos no Senado, em janeiro de 2015, o PL 122/2006 foi arquivado, seguindo normas do regimento da casa que prevê o arquivamento de todas as propostas que tramitam por duas legislaturas sem ser votadas.

⁶ Em 2003, foi formalizada e regulamentada no Congresso Nacional a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) sob o objetivo de agremiar parlamentares pertencentes a distintas igrejas evangélicas e diversos partidos políticos, de modo a alcançar representatividade e força no Legislativo Federal.

A inspiração teórica desse trabalho parte do conceito de *justificativa*, presente na *Sociologia dos Regimes de Ação*, proposto por Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1999). Segundo essa perspectiva, os agentes envolvidos em processos de disputa elaboram justificativas de suas posições críticas, a partir do acionamento de valores e referências compartilhadas socialmente. Para essas justificações alcançarem força na disputa, é fundamental que as mesmas sigam regras de aceitabilidade. De acordo com os autores, a aceitação das justificativas decorre da capacidade de distanciar a sua crítica das motivações particulares e acionar princípios gerais, compartilhados por todos. Esse processo de “subida na generalidade” das justificativas seria capaz de angariar força e legitimidade às causas e posicionamentos.

Assim as justificativas tornam-se potentes quando acionam gramáticas e moralidades universalizadas, haja vista que um argumento ganha força quando justificativas são formuladas a partir de categorias assimiladas por todos enquanto verdades invioláveis. Dessa forma, a generalização das justificações confere autoridade às posições dentro de uma disputa (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1999). À vista disso, é preciso observar os regimes de crítica e justificação elaborados em cada caso, analisando como atores engajados em momentos críticos defendem ou criticam um posicionamento, no sentido de compreender as tentativas de generalização realizadas ao longo das disputas.

O PECADO DA HOMOSSEXUALIDADE: A MISSÃO DE RESGUARDAR A FAMÍLIA TRADICIONAL

Iniciamos a nossa análise pelo material selecionado a partir do mapeamento realizado nos jornais da grande mídia. Nesses veículos observamos a recorrência de falas que classificam a homossexualidade como um ato pecaminoso.

O então Senador Marcelo Crivella⁷ (PRB-RJ) afirmou em uma entrevista que o Projeto de Lei 122/2006 criminaliza a Bíblia, uma vez que, segundo o livro sagrado, a homossexualidade seria um pecado⁸.

⁷ Além de ter integrado a Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional, Marcelo Crivella é sobrinho de Edir Macedo e ocupa o cargo de bispo (atualmente licenciado) da Igreja Universal do Reino de Deus. Nesse momento é Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

⁸ Autor desconhecido. *Garotinho dá ânimo ao crime, diz Crivella*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 08 de agosto de 2014. Poder, A11.

Não tem povo menos homofóbico que os evangélicos. Mas os evangélicos querem também o direito de expressar seus pensamentos, de que o homossexualismo é pecado. Não é crime, não é doença, mas é pecado porque é isso que a bíblia diz.

A fala do Deputado Federal Hidekazu Takayama⁹ (PSC-PR) segue no mesmo sentido, enfatizando que os evangélicos não são homofóbicos, pois amam o homossexual, assim como amam todos os seres humanos. A condenação estaria na sua prática. Logo, destacou que o grupo religioso ama o pecador, mas recrimina a prática das coisas erradas¹⁰.

Nós amamos o homossexual, amamos o ser humano, não amamos a prática. Se o indivíduo quer amar a vaca... Cristo não é homofóbico, ser contra o homossexualismo não nos torna homofóbicos. Amamos o pecador, não amamos a prática das coisas erradas.

O Deputado Federal Marco Feliciano (PSC-SP)¹¹, em uma coluna assinada por ele próprio, afirmou o seguinte a respeito dessa questão¹²:

Apenas ensino o que aprendi na bíblia, que não aprova a relação sexual nem o casamento entre duas pessoas do mesmo sexo. Fora isso a salvação está para ao alcance de todos.

João Campos¹³ (PSDB-GO), por sua vez, afirmou que “o homossexualismo é pecado e esse é um dos princípios que os evangélicos defendem e está na bíblia”¹⁴.

Os relatos acima demonstram que as falas acionaram concepções religiosas, como o pecado, para legitimar um posicionamento político. Nos jornais mapeados, não identificamos falas que classificam a homossexualidade como uma manifestação anormal e/ou antinatural. Em uma mídia laica, a crítica foi justificada a partir de discursos bíblicos. No entanto, consideramos que expressões como “homossexualismo é pecado” desqualificam as relações homoafetivas, evidenciando uma suposta normatização das práticas sexuais, tomando como normal e, prescrito

⁹ Pastor da Assembleia de Deus e integrante da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional. Atualmente está na sua 5ª Legislatura como Deputado Federal.

¹⁰ LOPES, Eugênia. *Com aval de evangélicos, pastor assume comissão e diz que votará em temas polêmicos*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 08 de março de 2013. Nacional, pág. 4.

¹¹ É pastor e presidente da igreja Assembleia de Deus Catedral do Avivamento, além de integrante da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional. Em 2013 foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados. Atualmente exerce pela terceira vez o cargo de Deputado Federal, filiado ao Podemos (PODE).

¹² FELICIANO, Marco. *Ditadura gay e direitos humanos*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 06 de março de 2013. Opinião

¹³ É pastor da Igreja Assembleia de Deus, Ministério Madureira, em Goiânia. O Deputado é integrante da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional, onde já exerceu o cargo de presidente. Atualmente exerce seu mandato filiado ao PRB.

¹⁴ BRAGA, Isabel. *Esquenta a briga no congresso a favor dos gays*. O Globo, Rio de Janeiro, 06 de março de 2011. O país, pág. 4.

por Deus o seu contrário: a heterossexualidade. Em decorrência desse quadro, há a produção de preconceitos e violências psíquicas, uma vez que qualquer indivíduo que não corresponda a esse padrão é subjugado como desviante das normas divinas.

Outro movimento que podemos observar é que os atores evangélicos evitaram atacar diretamente os indivíduos homossexuais. A crítica se concentrou na prática homossexual. As falas condenaram a homossexualidade, mas enfatizaram o amor e respeito às pessoas homossexuais. Este quadro demonstra que a receptividade às pessoas LGBTs é restringida, haja vista que apesar do respeito concedido ao sujeito, há em contrapartida a resistência em reconhecer manifestações sexuais que diferem da norma.

Dessa forma, pontuamos que em muitos casos o acolhimento proposto por líderes tradicionais em suas igrejas ocorre mediante a regeneração sexual. O homossexual é acolhido desde que aja um arrependimento da prática que condicionou o pecado, tendo que se submeter à igreja e às suas regras de conduta (NATIVIDADE, 2006).

Um segundo achado importante foi a repetição de expressões e falas que defendem a defesa da família. O mapeamento do material referente aos jornais de grande circulação revelou que esse termo foi mencionado trinta e três vezes. Grosso modo, os relatos defenderam a união entre homens e mulheres, sob a finalidade de procriar e educar filhos, como um fator legítimo para a configuração da unidade familiar.

O Deputado Federal Marco Feliciano (PSC-SP), em entrevista publicada pela *Folha de S. Paulo*, admitiu ser contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção de crianças por homossexuais: “*casamento é entre homem e mulher*”¹⁵. Em outra matéria, afirmou que¹⁶:

Estamos vivendo a maior de todas batalhas contra a família brasileira, e a igreja está sendo bombardeada pelas mentiras insinuadas por grupo de bandeira LGBT que planeja dividir e destruir nossas igrejas e famílias, usando a política e a discriminação como arma.

¹⁵ LOPES, Eugênia. *Com aval de evangélicos, pastor assume comissão e diz que votará em temas polêmicos*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 08 de março de 2013. Nacional, A4.

¹⁶ ROXO, Sérgio e BOLI, Evandro. *Alvo de protestos, Feliciano convoca ato para apoiá-lo*. O Globo, Rio de Janeiro, 11 de março de 2013. País, pág. 5.

No início de 2015, com o efervescente quadro de discussões acerca dos direitos dos homossexuais, o Deputado Federal Eduardo Cunha¹⁷ (PMDM-RJ), recém-nomeado presidente da Câmara dos Deputados, criou uma comissão especial para acelerar a tramitação de um projeto que reconhece como família apenas os núcleos sociais formados entre homens e mulheres. De acordo com o Anderson Ferreira¹⁸ (PR-PE), proponente do projeto¹⁹:

Cabe ao Estado valorizar e proteger a família. São diversas questões, desde a (...) até mesmo à desconstrução do conceito de família, aspecto que aflige as famílias e repercute na dinâmica psicossocial do indivíduo.

O Jornal *O Globo*, que cobriu uma manifestação que ocorreu em frente ao Congresso Nacional em defesa da família tradicional, da liberdade de expressão e contra o aborto e a união afetiva entre casais do mesmo sexo, organizada pelo Pastor Silas Malafaia, destacou o seguinte trecho do discurso do líder religioso²⁰:

Se querem legalizar o casamento para gay, então é o seguinte: legaliza o casamento para o cara casar com quatro mulheres. Legaliza o casamento para o cara casar com um homem e uma mulher. Isso é hipocrisia. Toda a história da civilização está sustentada no homem, na mulher e em sua prole.

O então deputado Jair Bolsonaro²¹ (PSC-RJ), se posicionou contrário à homossexualidade em defesa da família, das crianças e da palavra de Deus²².

Se ser homofóbico é defender as crianças nas escolas, a família e a palavra de Deus, pode continuar me chamando de homofóbico com muito prazer, pode me dar o diploma de homofóbico.

¹⁷ Membro da igreja Assembleia de Deus, Cunha fez parte da Frente Parlamentar evangélica em seus últimos mandatos. Em fevereiro de 2015 ocupou o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados. Em 2017 foi condenado a 15 anos e quatro meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas

¹⁸ Membro da Igreja Evangélica Assembleia de Deus é atualmente prefeito do município de Jaboatão dos Guararapes (PE).

¹⁹ CARVALHO, Daniel e COLETTA, Ricardo Della. *Cunha acelera projeto contra a família gay*. O Estado de S.Paulo, São Paulo, 12 de fevereiro de 2015. Metrópole, A17.

²⁰ WEBER, Demetrio, SOUZA, André. *Evangélicos fazem em Brasília ato contra aborto e casamento gay*. O Globo, Rio de Janeiro, 06 de junho de 2013. País, pág. 9.

²¹ Bolsonaro em seus mandatos como Deputado Federal em muitos momentos declarou e recebeu apoio da Frente Parlamentar evangélica. Ainda que sempre tenha evitado dar declarações sobre sua filiação religiosa, em uma entrevista de 2011, afirmou ser católico por tradição, mas frequentador da Igreja Batista há 10 anos. Em vídeo que circulou na internet no ano de 2016, o mesmo apareceu sendo batizado no rio Jordão pelo Pastor (que também é político) Everaldo. Sua atual esposa frequentou durante muitos anos a Assembleia de Deus Vitória em Cristo, liderada pelo pastor Silas Malafaia, que realizou em 2013 a cerimônia de casamento do casal. Esse panorama demonstra a imbricação existente entre o atual Presidente da República e setores evangélicos.

²² Autor desconhecido. *Próximo passo será a legalização da pedofilia*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 07 de maio de 2011. Vida, A21.

Essas falas demonstram que a homossexualidade é tomada como um fator ameaçador para a organização familiar tradicional. Os discursos apontam a constante preocupação com a manutenção e preservação das relações de conjugalidade, entendidas como aquelas estabelecidas entre homens e mulheres. Apenas pessoas de sexos diferentes poderiam formar um “casal” e constituir uma “família”. Ou seja, a formação familiar, diante desta perspectiva, ocorre exclusivamente pela junção entre um homem e uma mulher que, a partir de laços afetivos e sexuais, geram e criam filhos. Todos os modelos que difiram desta concepção não devem ser considerados “família”. E, nesse aspecto, condena-se não apenas a união, mas também (e talvez sobretudo) a adoção de crianças. Casais homossexuais não seriam “casais”, portanto, o direito de constituir uma “família”, ter filhos, seria interdito a eles.

É importante ressaltar que a visibilidade e os recentes direitos conquistados pelos movimentos LGBT vêm resignificando as relações homoafetivas, criando novas configurações de famílias e parentalidade. A aprovação da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 4277 pelo Supremo Tribunal Federal, em 2011, que tornou possível a união entre pessoas do mesmo sexo no Brasil (também chamadas de uniões homoafetivas) como entidade familiar, pode ser apontada como um fator que repercutiu como uma ameaça ao modelo “tradicional” de família. Nesse sentido, a criminalização da homofobia, se aprovada, também seria um importante passo para o reconhecimento e a aprovação social da diversidade sexual, e das distintas formas de configurar as relações familiares.

Dessa maneira, constatamos que a categoria “família” também foi um elemento adensado aos relatos das autoridades evangélicas para conferir legitimidade e força aos seus argumentos e posicionamentos direcionados aos jornais de grande circulação. Essa categoria possui amplo alcance já que é compartilhada por grande parte da população, capaz, assim, de angariar generalidade e confiabilidade, aumentando as chances de tornar convincente as justificativas contrárias à criminalização da homofobia.

NATURALIZANDO A SEXUALIDADE: UMA ANÁLISE DOS ARGUMENTOS QUE ATRIBUEM O CARÁTER INTRÍNSECO DA HETEROSSEXUALIDADE

Já na mídia evangélica, os atores avançam em suas críticas contra a homossexualidade enfatizando seu caráter antinatural. Nesses relatos, as falas retomam a ideia de natureza heterossexual, por meio da justificativa de que a sexualidade resultaria de um instinto extravasador a serviço da reprodução da espécie. O pensamento naturalista, cuja principal ideia se refere à crença de que Deus criou a natureza humana a partir de um princípio complementar entre homens e mulheres, foi reforçado a partir da incorporação de justificativas produzidas por teorias essencialistas, como, por exemplo, a concepção de que a heterossexualidade seria a condição natural de todos os seres humanos, dado que a fecundação é uma importante função de todas as espécies. Por isso, o relacionamento sexual entre sexos opostos seria a “tendência natural” de todas as pessoas. Podemos observar tal posicionamento nas falas abaixo.

João Campos (PSDB-GO) enfatizou que “*ser gay não é normal*”, além de reforçar a ideia de que o sexo foi criado por Deus para ser uma benção tanto para o prazer do homem e da mulher, quanto para a procriação. Em uma entrevista²³, o deputado afirmou:

A sociedade não absorveu esse comportamento como um comportamento normal. Em nenhum lugar do Mundo o homossexualismo é um comportamento normal (...) Se nós não tivermos homem, mulher e prole, não terá Estado. O IBGE diz que, no Brasil, há 60 mil duplas, pares inapropriadamente chamados de casais homoafetivos. Se nós pegássemos esse conjunto de 120 mil pessoas e colocássemos em um território e disséssemos esse aqui é o Estado de vocês, em 200 anos esse Estado não mais existiria, pois seus habitantes não procriariam. O Estado não subsiste sem a família natural. Isso só demonstra o quanto o homossexualismo contraria toda a ordem natural das coisas.

O Pastor Silas Malafaia, ao ser abordado sobre o tema, afirmou²⁴:

Deus criou o ser humano como macho ou como fêmea e já na criação estabeleceu que eles teriam atração sexual um pelo outro e que, da relação sexual entre eles, nasceriam filhos (...) se o homossexualismo não é genético, é comportamental”, o que na prática significaria dizer que é praticado por uma pessoa que, por determinação genética, nasceu homem

²³ CAMARGO, Renata. *Ser gay não é normal, diz líder evangélico*. Congresso em foco. 11 de junho de 2011. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/questao-de-foco/ser-gay-nao-e-normal-diz-lider-evangelico>. Acessado em 01 maio De 2017.

²⁴ CHAGAS, Tiago. “*Homossexual pode tornar-se heterossexual*”, diz pastor Silas Malafaia, que define a prática como comportamental”; Leia na íntegra. Gospel Mais, 30 de abril de 2013. Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/homossexual-heterossexual-pastor-silas-malafaia-53350.html>. Acessado em 07 de maio de 2016.

ou mulher, mas tornou-se homossexual por preferência aprendida ou imposta.

O Senador Magno Malta²⁵ (PR-BA), em uma entrevista acerca do PL122/2006, quando questionado se a homossexualidade é questão de doença, respondeu²⁶:

Eu não entraria nesse mérito. Eu sei que Deus criou macho e fêmea. Fulana está grávida de um menino ou de uma menina. Você não diz que fulana está grávida de um homossexual, não existe isso (...) Eu sou um homem cristão, e acredito nos moldes de Deus, macho e fêmea. Eu não acredito em desvios sexuais, vou lutar até o final. Esse Senador da República não vai criar um terceiro sexo.

À vista disso, percebemos que a procriação, nessas falas, é um elemento que reforça a defesa da “normalidade” da heterossexualidade. A sexualidade, a partir desse ponto de vista, está estritamente subordinada a uma necessidade biológica de reprodução, posição que ignora todas as relações de desejo que um sujeito desenvolve ao longo de sua vida, além de desprezar as imposições sociais na construção singular da sexualidade, que ocorre como consequência das diversas interações que os corpos estabelecem com o meio social em que estão inseridos (LOURO, 1999).

De outro lado, observamos argumentos em defesa da natureza heterossexual que incorporaram vocabulário e termos produzidos por teorias científicas. Essa dinâmica pôde ser observada em falas do Deputado Marco Feliciano (PSC-SP) e do Pastor Silas Malafaia, nas quais verificamos a recorrência de elementos pertencentes a um repertório biológico.

Marco Feliciano (PSC-SP) afirmou em entrevista que ninguém nasce homossexual, *pois não há gene gay*, sendo a homossexualidade um fenômeno comportamental²⁷. Em sua coluna “Pr. Silas Responde”, Malafaia utiliza um

²⁵ É pastor evangélico e membro da banda gospel Tempero do Mundo. Integrou a Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional durante seus mandatos como Senador. Na última eleição não alcançou a reeleição.

²⁶ Autor desconhecido. *Magno Malta: “Você não diz que fulana está grávida de um homossexual”*. Guia-me. 04 jul. de 2011. Disponível em: <<http://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/magno-malta-voce-nao-diz-que-fulana-esta-gravida-de-um-homossexual.html>>. Acessado em 01 de maio de 2017.

²⁷ Autor desconhecido. *“Ninguém nasce gay”, diz Marco Feliciano no Superpop*. guiame.com.br, 24 de junho de 2014. Disponível em: <http://guiame.com.br/gospel/videos/ninguem-nasce-gay-diz-marco-feliciano-no-superpop.html>. Acessado em 01 de maio de 2017

repertório produzido pelas ciências biológicas para reforçar seu posicionamento contrário à homossexualidade²⁸.

Alguns dizem que a homossexualidade é uma questão biológica, genética; o indivíduo já nasce homossexual. Entretanto, nenhum cientista jamais provou essa tese. Não existe um gene que determine que uma pessoa será homossexual. Os cromossomos XX determinam que ela será do sexo feminino, e os cromossomos XY, que será do sexo masculino. Portanto, essa tese de que o homossexualismo é genético é uma falácia; uma mentira. (...). Aliás, é por causa desse princípio que a espécie humana tem subsistido. Se não houvesse casamento entre homem e mulher, não seria possível a perpetuação da espécie.

Essas duas falas demonstram a apropriação de elementos pertencentes às ciências biológicas, para potencializar o argumento de que a homossexualidade é uma condição aprendida no meio social, responsável por desviar o indivíduo da sua natureza heterossexual. Feliciano e Malafaia citam referências genéticas, como a constituição cromossômica do ser humano para defender a condição natural da heterossexualidade. A condenação da homossexualidade é justificada pela naturalização dos sexos. Ao nascer, o sujeito só pode ser classificado como pertencente ao sexo masculino ou feminino, que são naturalmente heterossexuais. A heterossexualidade corresponderia a uma característica natural e, portanto, universal do ser humano.

Nota-se, nesses discursos, uma sobreposição entre as categorias sexo, gênero e sexualidade. A sexualidade é tomada como um valor universal de caráter heterossexual. A necessidade de procriar e reproduzir a espécie seriam uma evidência da tendência natural heterossexual. O gênero, por sua vez, é negligenciado, já que caberia ao sexo biológico determinar se indivíduos serão homens ou mulheres. Assim, a homossexualidade é classificada nos discursos mapeados como uma característica adquirida através de experiências sociais, julgada enquanto negativa, e, mais do que isso, passível de reversão ou abandono. Por isso a ênfase, nas falas iniciais, na prática como pecado e no amor ao indivíduo homossexual, pois eles são apenas “indivíduos que estão se comportando mal” (estão em pecado). E, como qualquer outro comportamento pecaminoso, a

²⁸ CHAGAS, Tiago. “Homossexual pode tornar-se heterossexual”, diz pastor Silas Malafaia, que define a prática como comportamental”; Leia na íntegra. Gospel Mais, 30 de abril de 2013. Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/homossexual-heterossexual-pastor-silas-malafaia-53350.html>. Acessado em 07 de maio de 2016.

homossexualidade é uma prática que pode ser abandonada pelos indivíduos. Ela não seria parte de sua natureza (pois a natureza humana é heterossexual), mas apenas e tão somente um mau comportamento.

DISCURSOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE: SER GAY É UM COMPORTAMENTO APRENDIDO!?

Vimos até agora que algumas lideranças e parlamentares evangélicos, ao classificarem a sexualidade heterossexual enquanto parte da natureza humana, explicam que a homossexualidade é motivada por causas comportamentais ou sociais, ou ainda, por traumas vivenciados. Em suma, por fatores outros que não correspondam à natureza ou à biologia. Essa afirmação ocorreu predominantemente em falas destinadas à mídia evangélica, uma vez que os atores evitaram abordar esse tema em entrevistas cedidas aos jornais de grande circulação.

O pastor Silas Malafaia foi enfático ao afirmar que a prática homossexual é aprendida, caracterizando-a como um comportamento. “Ela é praticada por uma pessoa que por determinação genética, nasceu homem ou mulher, mas tornou-se homossexual por preferência aprendida ou imposta.²⁹” Essa afirmação também é observada em falas do Deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ). Para ele, a criação de um filho influencia se o mesmo adotará um comportamento homossexual. Segundo o deputado³⁰:

Somos produtos de um meio. Uma inocente criança adotada por pais homossexuais certamente será influenciada e possivelmente seguirá o exemplo dos mesmos (...) Uma criança adotada por um casal gay tem 90% de chances que vai ser gay também.

O Deputado João Campos (PSDB-GO) afirmou que “o *homossexualismo é um comportamento que a pessoa adotou*”³¹. Reforçando esta ideia, o Senador

²⁹ LOPES, Leilane Roberta. *Homossexualismo é questão de comportamento, diz Silas Malafaia*. Gospel Prime. 30 de abril de 2013. Disponível em: <<https://noticias.gospelprime.com.br/homossexualismo-comportamento-silas-malafaia/>>. Acessado em 01 maio 2017.

³⁰ Autor desconhecido. *Bolsonaro: Sou um católico que frequentou a Igreja Batista por 10 anos*. Guiame, 04 de julho de 2011. Disponível em: <<http://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/bolsonaro-sou-um-catolico-que-frequentou-a-igreja-batista-por-10-anos.html>>. Acessado em 01 maio de 2017.

³¹ CAMARGO, Renata. *Ser gay não é normal, diz líder evangélico*. Congresso em foco. 11 de junho de 2011. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/questao-de-foco/ser-gay-nao-e-normal-diz-lider-evangelico>. Acessado em 01 de maio de 2017.

Magno Malta (PR-BA) classificou a prática homossexual como uma opção, que o indivíduo escolhe seguir³².

Esses discursos reforçam o conceito de que a homossexualidade é uma prática decorrente do meio social no qual a pessoa está inserida. Palavras citadas nas falas listadas acima, como “aprendido”, “preferência”, “opção” e “comportamento”, demonstram que, ao contrário da heterossexualidade, classificada como manifestação natural, a prática homossexual é incorporada ao indivíduo por meio de certas vivências.

Maria das Dores Campos Machado (2017) aponta que a visão naturalista da heterossexualidade induz lideranças religiosas a explicar a diversidade sexual a partir de experiências acumuladas ao longo da vida, sendo que, em muitos casos, esses atores recorrem a argumentos elaborados em teorias das ciências sociais que explicam a sexualidade através do construtivismo social. A autora cita como exemplo o discurso do Pr. Silas Malafaia, que recorre à ideia de construção social para caracterizar a homossexualidade.

Peter Fry desenvolveria um pouco mais essa linha de interpretação e chamaria atenção para o fato de que um dos líderes pentecostais que mais polemizam com os homossexuais no contexto contemporâneo, o Pr. Silas Malafaia, havia se apropriado da visão do construtivismo social desenvolvida nas ciências sociais. Segundo suas palavras, o discurso de Malafaia negava o caráter inato da homossexualidade ao mesmo tempo em que “banaliza o construtivismo social para avançar os seus argumentos” e “justificar a sua cura” (MACHADO, pág. 360, 2017).

Machado (2017) e Natividade (2006) apontaram que a recorrência ao argumento de que a sexualidade seria construída socialmente assume um papel importante na busca pela legitimação das práticas de reversão da homossexualidade oferecida por pastorais evangélicas. Ao classificar a homossexualidade como um comportamento “aprendido” no meio social e, portanto, exterior ao indivíduo, lideranças evangélicas oferecem tratamentos espirituais para revisão da orientação sexual. O discurso da diversidade sexual enquanto um

³² Autor desconhecido. *Magno Malta: “Você não diz que fulana está grávida de um homossexual”*. Guia-me. 04 julho de 2011. Disponível em: <<http://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/magno-malta-voce-nao-diz-que-fulana-esta-gravida-de-um-homossexual.html>>. Acessado em 01 de maio De 2017.

constructo social reforça a ação de certas lideranças em reorientar o fiel gay a sua sexualidade natural, condizente com a moralidade evangélica³³ (MCHADO, 2017).

Em uma das falas do Deputado Marco Feliciano (PSC-SP), observamos exatamente este movimento que caracteriza a homossexualidade enquanto um desvio social passível de recondução à natureza sexual: “*Ninguém nasce assim homossexual. Eles chamam de orientação sexual. Se é uma orientação pode haver uma reorientação ou desorientação*”³⁴.

No entanto, Machado (2017) chama atenção para a apropriação seletiva desses conceitos, pois a recorrência ao termo construção social em seus discursos negligencia as premissas fundamentais da perspectiva construtivista, predominante nos estudos da sexualidade, uma vez que para essa corrente teórica há, na sociedade contemporânea, múltiplas expressões de sexualidades decorrentes de construções de segmentos sociais, a partir de contextos variados. Dessa forma, tanto a heterossexualidade, quanto a homossexualidade, seriam classificações sociais aplicadas por cientistas do século XIX para categorizarem as relações sexuais. Diante dessa perspectiva, essas duas categorias são contingentes e não essencialistas.

A teoria construtivista acerca da sexualidade é, portanto, acionada parcialmente, pois os agentes evangélicos recorrem especificamente aos argumentos construtivistas para justificar seus trabalhos de reversão sexual, onde é proposto ao homossexual participar de um processo que o conduza novamente a *sua natureza sexual*. Assim, enquanto o comportamento sexual é encarado como um constructo social, ideia de uma heterossexualidade inerente ao homem permanece uma característica natural.

³³ Em 2011 foi apresentado a Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) popularizada como “cura gay” que visou derrubar uma resolução do Conselho Federal de Psicologia que proíbe os profissionais de participarem de terapias para curar ou reverter a homossexualidade. Com autoria do Deputado João Campos (PSDB-GO), essa PEC foi aprovada na Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados em 2013, com o parecer favorável do Presidente dessa comissão, o pastor Marco Feliciano. No entanto, foi arquivado logo após o próprio proponente, por pressão de seu partido, PSDB, pedir para que esse projeto fosse retirado da pauta.

³⁴ MAGALHÃES, Luis Eduardo. *Me viram como uma maneira de promover ativismo gay, diz Feliciano no Superpop*. Lem Gospel. Disponível em: <<http://lemgospel.com.br/index.php?pag=noticia&id=4608>>. Acessado em 01 de maio de 2017

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa breve análise das justificações utilizadas nas falas mapeadas de lideranças e parlamentares evangélicos demonstra que a produção de justificativas varia de acordo com o público para o qual é voltado o discurso. Os valores e as gramáticas foram incorporadas às justificativas de acordo com as diferentes audiências. Curiosamente, em uma arena secular, autoridades evangélicas utilizaram um discurso bíblico para afirmar que a homossexualidade é um pecado. Nessa arena, mapeamos justificativas que ressaltam o amor e respeito às pessoas homossexuais. No entanto, o direito de constituir uma família foi interditado a eles, haja vista que observamos uma recorrência de falas que defenderam a configuração familiar tradicional, conceito de grande alcance na sociedade brasileira.

A ênfase dada à organização da estrutura familiar convencional, formada por homem, mulher e crianças, nas falas destinadas aos jornais da grande mídia pode ser interpretada como uma estratégia para combater o que julgam ser uma ameaça as relações de conjugalidade heterossexual nos espaços seculares.

Já nas mídias evangélicas, os relatos trouxeram detalhes sobre a natureza heterossexual e a antinatureza homossexual, fundamentados a partir da apropriação de elementos pertencentes a um repertório das ciências biológicas e das ciências sociais. Logo, ao invés de convicções religiosas, as falas analisadas estão apoiadas em justificativas de outras ordens, como das ciências, conforme já vem sendo observado em estudos sobre a presença das religiões em debates públicos (SALES, 2015; MONTERO, SALES, SILVA, 2018). Dessa forma, demonstramos que os atores buscaram produzir generalidade e confiabilidade às suas justificativas mediante a apropriação de elementos pertencentes às gramáticas de ampla aceitação social, como princípios gerais das ciências.

Assim, a adesão a princípios biológicos, cientificamente reconhecidos, atribui autoridade ao argumento da existência de uma natureza heterossexual. Da mesma maneira, a incorporação de elementos desenvolvidos pelas ciências sociais reforça a concepção de que a homossexualidade seria um o comportamento antinatural. Essa dinâmica tende a dificultar a elaboração de contestações, haja vista que, ao questionar uma alegação, é necessário rejeitar todas as concepções acionadas na construção de tal argumentação.

Por fim, é importante destacar que as falas analisadas demonstram que a afirmação da heterossexualidade em detrimento da homossexualidade se torna fundamental para a manutenção de uma determinada configuração, considerada “correta”, “normal” e “natural”, de conjugalidade e parentalidade. No entanto, é digno de nota que, embora as justificativas remetam à importância da reprodução, fator biológico, o único tipo de adoção condenado é a praticada por casais homossexuais (que não seriam casais, e, portanto, não poderiam constituir uma “família”). Isso nos evidencia que, apesar de enfatizarem o caráter “natural” da união entre os sexos biológicos, há um determinado padrão moral de família que está sendo defendido, no qual a união entre homossexuais não se enquadraria. Ao que tudo indica, portanto, a família converte-se em uma categoria que organiza a regulação de corpos e comportamentos sexuais em disputas acerca da moralidade pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ronaldo. *Deus acima de todos* In Democracia em Risco? Vinte e dois ensaios sobre o Brasil Hoje. São Paulo, Companhia das Letras, 2019, p. 35-51.

BOLTANSKI, Luc e THÉVENOT e Laurent. *A Sociologia da Capacidade Crítica*. Publicado em *European Journal of Social Theory* 2(3): 359–377. London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, 1999. Traduzido por Marcos de Aquino Santos.

BOHN, Simone. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, Vol. X, nº 2, Outubro, 2004, p. 288-338.

COWAN, BENJAMIN Arthur. “Nosso Terreno” crise moral, política evangélica e a formação da ‘Nova Direita’ brasileira. *VARIA HISTORIA* Belo Horizonte, vol. 30, nº 52, p.101-125, jan/abr 2014.

DUARTE, Tatiane dos Santos. *A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no Legislativo brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UnB, Brasília, 2011.

FRESTON, Paul. *Breve história do pentecostalismo brasileiro*. Em: ANTONIAZZI, Alberto et al. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

GONZÁLEZ. Rodrigo Stumpf. *A política de promoção aos direitos humanos no governo lula*. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 107-135, jul.-dez. 2010.

IRINEU, Bruna Andrade. *Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil*. EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2014 - n. 34, v. 12, p. 155 - 178

LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MACHADO. Maria das Dores Campos. *Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional*. Horizontes Antropológicos (UFRGS. Impresso), v. 47, p. 351-380, 2017.

_____. *Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos*. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 35(2): 45-72, 2015.

MONTERO, Paula. *DOSSIÊ RELIGIÃO E ESPAÇO PÚBLICO: Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso*. IN: Religião e Sociedade v.32 n.1. Rio de Janeiro, 2012.

_____; SILVA, Aramis; SALES, Lílian. *Fazer Religião em Público: encenações religiosas e influência pública?* Horizontes Antropológicos, v. 52, p. 131-164, 2018.

NATIVIDADE, Marcelo. *Homossexualidade, Gênero e Cura em Perspectivas Pastorais Evangélicas*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 21. São Paulo. p. 115-132, 2006.

NOVAES, Regina Reynes. *A divina política: notas sobre as relações delicadas entre religião e política*. Revista da USP, São Paulo, vol.49, p.60-81, Mar-Mai, 2001.

ORO, Ari Pedro. *A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 2003.

SALES, Lillian '*Em defesa da vida humana*': *moralidades em disputa em duas audiências públicas do STF*. Religião & Sociedade (Impresso), v. 35, p. 143-164, 2015.

SOUZA, Sandra Duarte de. *Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo*. Estudos de Religião, v. 27, n. 1 • 177-201 • jan.-jun. 2013.

SOUZA, André Ricardo De. *O desempenho político-eleitoral dos evangélicos de 1986 a 2008*. Revista Brasileira de História das Religiões, v. 1, n. 3, p. 1–23 2009.

VITAL DA CUNHA, Christina e LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

FONTES JORNALÍSTICAS.

Autor desconhecido. *Garotinho dá ânimo ao crime, diz Crivella*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 08 de agosto de 2014. Poder, A11.

Autor desconhecido. *Próximo passo será a legalização da pedofilia*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 07 de maio de 2011. Vida, A21.

BRAGA, Isabel. *Esquentar a briga no congresso a favor dos gays*. O Globo, Rio de Janeiro, 06 de março de 2011. O país, pág. 4.

CARVALHO, Daniel e COLETTA, Ricardo Della. *Cunha acelera projeto contra a família gay*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 12 de fevereiro de 2015. Metrópole, A1.

FELICIANO, Marco. *Ditadura gay e direitos humanos*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 06 de março de 2013. Opinião.

JUNQUEIRA, Alfredo. *Petista pretende ficar fora de Debate sobre homofobia*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 09 de outubro de 2010. Nacional, A10.

LOPES, Eugênia. *Com aval de evangélicos, pastor assume comissão e diz que votará em temas polêmicos*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 08 de março de 2013. Nacional, A4.

ROXO, Sérgio e BOLI, Evandro. *Alvo de protestos, Feliciano convoca ato para apoiá-lo*. O Globo, Rio de Janeiro, 11 de março de 2013. País, pág. 5.

WEBER, Demétrio, SOUZA, André. *Evangélicos fazem em Brasília ato contra aborto e casamento gay*. O Globo, Rio de Janeiro, 06 de junho de 2013. País, pág. 9.

FONTES DE SITES EVANGÉLICOS

Autor desconhecido. *Bolsonaro: Sou um católico que frequentou a Igreja Batista por 10 anos*. Guia-me, 04 de julho de 2011.

Disponível em: <http://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/bolsonaro-sou-um-catolico-que-frequentou-a-igreja-batista-por-10-anos.html> Acessado em 01 maio de 2017.

Autor desconhecido. *Magno Malta: "Você não diz que fulana está grávida de um homossexual"*. Guia-me, 04 de julho de 2011.

Disponível em: <http://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/magno-malta-voce-nao-diz-que-fulana-esta-gravida-de-um-homossexual.html>. Acessado em 01 de maio de 2017.

Autor desconhecido. *"Ninguém nasce gay", diz Marco Feliciano no Superpop*. Guia-me, 24 de junho de 2014. Disponível em: <http://guiame.com.br/gospel/videos/ninguem-nasce-gay-diz-marco-feliciano-no-superpop.html>. Acessado em 01 de maio de 2017.

CAMARGO, Renata. *Ser gay não é normal, diz líder evangélico*. Congresso em foco, 11 de junho de 2011.

Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/questao-de-foco/ser-gay-nao-e-normal-diz-lider-evangelico>. Acessado em 01 maio de 2017.

CHAGAS, Tiago. *"Homossexual pode tornar-se heterossexual", diz pastor Silas Malafaia, que define a prática como comportamental*. Gospel Mais, 30 de abril de 2013. Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/homossexual-heterossexual-pastor-silas-malafaia-53350.html>. Acessado em 07 de maio de 2016.

LOPES, Leilane Roberta. *Homossexualismo é questão de comportamento, diz Silas Malafaia*. Gospel Prime, 30 de abril de 2013.

Disponível em: <https://noticias.gospelprime.com.br/homossexualismo-comportamento-silas-malafaia/> Acessado em 01 maio de 2017.

MAGALHÃES, Luis Eduardo. *Me viram como uma maneira de promover ativismo gay, diz Feliciano no Superpop*. Lem Gospel.

Disponível em: <http://lemgospel.com.br/index.php?pag=noticia&id=4608>. Acessado em 01 de maio de 2017.